

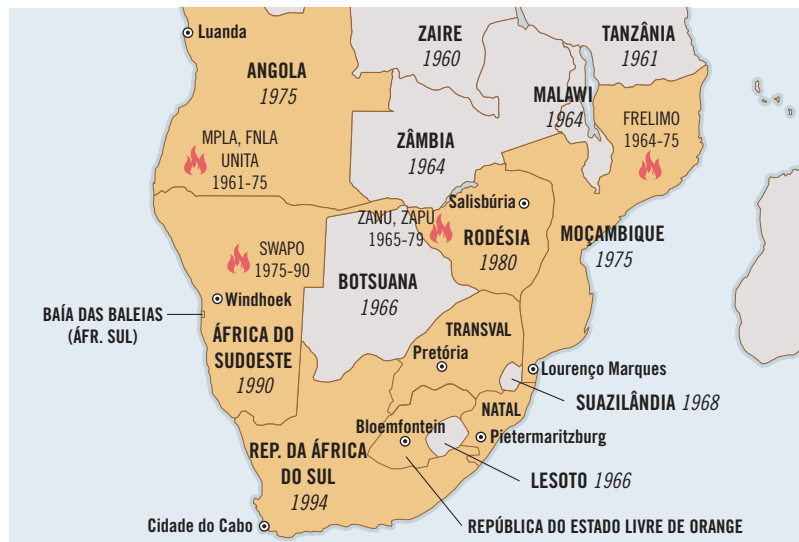
Alterações estratégicas na África subsariana

Até à Conferência de Berlim (1884-1885) os actores em conflito na África Subsariana, africanos em confrontos internos ou resistindo aos invasores europeus e europeus contra a resistência africana ou nas suas disputas para-imperiais, ainda não tinham atingido o patamar da “estratégia científica”, mantendo-se no da “estratégia instintiva”¹. Os princípios e métodos da estratégia científica, introduzidos por Carl Von Clausewitz, encarada como o emprego racional da coacção na gestão dos conflitos ao serviço da política, a oposição a um “outro” como essência do raciocínio estratégico, só chegaram ao continente africano através das guerras em que se confrontaram ambições coloniais das potências europeias, cujo início podemos situar na Guerra Anglo-Boer (1898-1902).

Da partilha de África à iniciativa estratégica do nacionalismo africano

Quando as ideias de Clausewitz começaram a impor-se na Europa, na segunda década do século XIX, já os impérios africanos originários estavam em processo de decomposição pela acção das incursões europeias e, se bem que a resistência contra a penetração e fixação dos novos invasores se mantivesse em permanência, foi conduzida na base de respostas casuísticas às iniciativas destes, sem objectivos e planos de conjunto que lhes conferissem conteúdo estratégico. Formalizada a partilha do bolo colonial africano em Berlim, os conflitos no continente passaram, até ao fim da 2.ª Guerra Mundial de 1939-1945 (2.ª G.M.), a inscrever-se nas estratégias das potências coloniais. Mesmo as guerras de ocupação nos finais do século XIX e princípios do século XX, que a historiografia portuguesa designa, erradamente, por “Campanhas de Pacificação”, apesar de dominadas pela resistência à penetração europeia para o interior, são determinadas por objectivos estratégicos das potências europeias em conflito entre si, na sequência das imposições da conferência que fazia depender o direito de posse da ocupação efectiva, com desprezo total das soberanias africanas tradicionais. Rudolf Kjellén, fundador da geopolítica, previu a extensão à Ásia e África da lógica do

GUERRAS DE LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NA ÁFRICA SUBTROPICAL E AUSTRAL



Fonte: Historical Atlas of the Twentieth Century.

espaço vital de Ratzel, que então dominava o pensamento estratégico, ao escrever que «(...) os Estados cheios de vitalidade cujo espaço é limitado têm como imperativo categórico alargar o seu território através da colonização, da anexação ou conquista de diversos tipos (...)»². E as teorias de Mackinder são claramente justificativas da pretensa naturalidade do império colonial britânico, da mesma forma que o efémero império colonial alemão em África teve por mentor Karl Haushoffer e a sua Escola de Munique.

O pós-IIGM abria as portas à iniciativa estratégica do nacionalismo africano. A partir da primeira metade da década de 60, com a primeira vaga de independências das colónias britânicas, francesas e belgas, estala a primeira ruptura geoestratégica na África Subsariana, que deixa de ser uma região homogénea de nações negras sob dependência colonial branca – ainda que a República da África do Sul (RAS) constituísse um caso especial –, passando a heterogénea com dois grandes blocos antagónicos, um no norte e centro onde predominavam Estados independentes de maioria negra, outro a sul, na maioria com territórios sujeitos a regimes de minoria branca (ver mapa). Num e noutro bloco havia excepções: no norte e centro a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe permaneciam colónias portuguesas, o Djibuti e as ilhas Comores colónias francesas e as ilhas Seychelles colónias britânicas; no sul a Zâmbia e o Malawi torna-

ram-se independentes em 1964 e os antigos protectorados britânicos de Bechuanalândia e Basutolândia chegaram à independência em 1966, como Botsuana e Lesoto e a Suazilândia em 1968, se bem que a destes últimos fosse precária, dado a sua dependência geográfica e económica, encravadas no bloco branco da RAS e seus aliados.

Era, então, na África Austral que essa heterogeneidade se manifestava de forma mais acentuada e, conseqüentemente, seria aí que o quadro estratégico atingiria um nível conflitual mais agudo. A Organização da Unidade Africana (OUA), logo na sua Assembleia Fundadora em Maio de 1963, assume-se como fórum dinamizador e coordenador da luta pelas independências dos territórios ainda sob domínio colonial, internacionalizando e conferindo unidade estratégica às lutas de libertação. Em resposta também os regimes brancos trataram de coordenar a sua acção, constituindo um bloco *de facto* para preservação dos seus domínios, para o que contaram com o apoio explícito dos EUA na administração Nixon-Kissinger. Este confronto ascendera à natureza armada de guerra colonial em que predominava uma estratégia assimétrica e prolongada, por definição favorável às forças guerrilheiras. Guerra que, ao assumir uma dimensão regional, iria prosseguir para além das independências. As guerras coloniais inscrevem-se num fenómeno mais global que, segundo reputados autores, estará na origem de uma ruptura estratégica que se traduz

numa mudança de paradigma na tipologia dos conflitos, estando na génese das novas guerras da era da globalização. É o que o general Rupert Smith³ chama «(...) guerra no seio do povo (...) que emergiu no seguimento da Segunda Guerra Mundial (...)», considerando que foi a descolonização que lhe forneceu o cenário caracterizador.

Cruzamento de conflitos e novas guerras

Com as independências de Angola e Moçambique, em 1975, os Estados da África Austral fundam o Grupo dos Países da Linha da Frente (GPLF) com o objectivo principal de apoiar as independências do Zimbábue e da Namíbia e o fim do *apartheid* na RAS. O Zimbábue, independente em 1980 e, ao contrário dos esforços de Pretória, num sentido desfavorável à RAS, entra para o GPLF, que se transforma na Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) (ver mapa) que, para além dos objectivos do GPLF, proclama como objectivo estratégico regional o fim da dependência económica face à RAS. Em contrapartida a RAS, potência económica e militar regional destacada, encontra-se pela primeira vez estrategicamente isolada na tentativa de salvaguardar o *apartheid* e manter a Namíbia sob seu controlo, conduzindo uma estratégia agressiva de repressão interna e intervenções armadas e desestabilização nos Estados vizinhos, nomeadamente Angola, Moçambique e Zimbábue. O quadro estratégico na África Austral torna-se, então, de grande complexidade,

SADCC – CONFERÊNCIA PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL



Fonte: ERIKSEN, Tore Linn C et al. — *Ajika i kort og tal*. Copenhaga: Mellemløkeligt Samvirke, 1986.

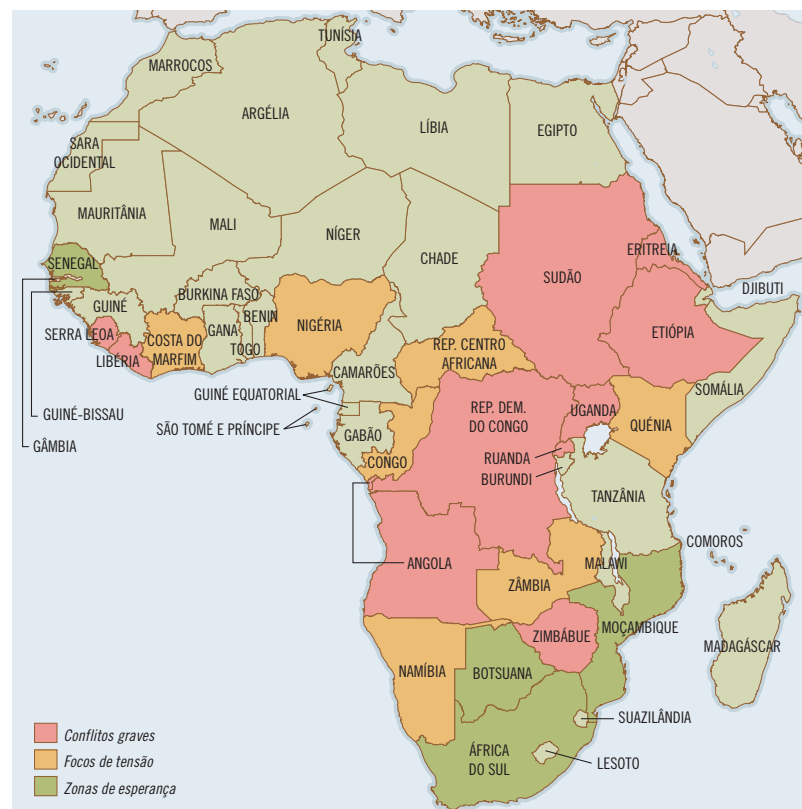
cruzando-se vários conflitos em grande parte herdados das guerras de libertação nacional. Em primeiro lugar guerras civis internas em todos os países. Para além dos factores endógenos, estas guerras civis inscrevem-se no quadro da Guerra Fria, alimentadas pelo conflito Leste-Oeste com as duas superpotências a disputarem zonas de influência pelo apoio a Estados ou facções rivais, directamente ou através de terceiros como o Zaire, a RAS ou Cuba. Por fim a sobreposição das várias guerras internas com apoios transfronteiriços configura vários conflitos regionais, nomeadamente entre a RAS e o SADCC mas, em escalas mais reduzidas, também entre Angola e a RAS, Angola e o Zaire, Moçambique e a RAS, Zimbábue e a RAS. Este quadro complexo fez da África Subsariana um teatro privilegiado de estratégias indirectas. Este quadro estratégico só se altera com o fim da Guerra Fria e com a independência da Namíbia e o termo do *apartheid* na RAS em 1994. Fecha-se o ciclo e a África Subsariana torna-se, de novo, estrategicamente homogénea, agora com Estados independentes de regimes de maioria negra. Com a globalização surge, porém, uma nova tipologia dos conflitos e a África Subsariana não só não lhe escapará como se torna um seu palco mais visível. Palco que quase se estende à dimensão continental mas que incide mais intensamente na chamada grande diagonal africana dos conflitos, que vai da foz do Rio Zaire até ao corno de África e tem epicentro na região dos Grandes Lagos (ver mapa). É um novo paradigma da guerra, não-clausewitziana, as novas guerras como as baptizou Mary Kaldor⁴, visando objectivos que não são mais políticos ou nacionais, com intervenção de actores que não são estatais e pondo em confronto estruturas militares não institucionais. São guerras pelo controlo de recursos económicos, por interesses identitários étnicos e/ou religiosos que surgem por vezes associados a motivações cisionistas (separatistas) ou fusionistas (irredentistas), ligadas às máfias da criminalidade transnacional organizada, recorrendo a acções terroristas, genocídios e limpezas étnicas, atentados epidemiológicos ou ambientais, sabotagens cibernéticas. Conflitos desta natureza atingiram Angola,

Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria, aqui com antecedentes na década de 60, dilaceraram a Somália hoje tornada Estado falhado, permanecem na região dos Grandes Lagos, no Darfur, na Guiné-Bissau e regressaram na modalidade da moderna pirataria às costas do golfo da Guiné e do corno de África. São ainda conflitos relacionados com a violência estatal de regimes predadores e despóticos, muitas vezes associados a intervenções de Empresas Militares Privadas (EMP). Por isso, dados da ONU classificavam a África Subsariana como a região do mundo onde, no final do século XX, se registava maior número de conflitos violentos.

Soluções globais

A resposta a estes novos desafios estratégicos que, por serem da era da globalização, também exige soluções globais enfrenta uma dificuldade endémica: o continente nunca foi uma prioridade nas preocupações internacionais. Estas continuam orientadas para a bacia do Mediterrâneo e Médio Oriente alargado até à Ásia Central. A ONU e as potências ocidentais, França, Grã-Bretanha, EUA, continuam a intervir em África mas, em geral, tardiamente e quando as situações já se degradaram irreversivelmente. Pelo seu lado, os Estados africanos tardam a encontrar estruturas próprias de resposta às crises. Algumas organizações regionais de segurança têm-se revelado experiências pouco frutuosas e têm carecido de credibilidade. No espaço da Comunidade para o Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) constituiu-se o Grupo de Monitorização do Cessar-Fogo na CEDEAO (ECOMOG), formou-se um Bloco dos Grandes Lagos, o SADC organizou um Órgão para a Política de Defesa e Segurança. No entanto estas estruturas acabaram por revelar vícios e debilidades das próprias potências regionais que as lideravam, sendo os resultados das suas intervenções muito aleatórios. Com a prioridade do núcleo duro da globalização orientada para outras paragens, os EUA e a França procuraram dinamizar estruturas regionais que assumissem responsabilidades em acções de construção e consolidação da paz no continente. Foi assim que surgiu o Centro de Estudos para a Segurança

GRANDE DIAGONAL AFRICANA DE CONFLITOS



Fonte: Público, 21 de Maio de 2000.

Africana (ACSS) por iniciativa dos EUA e em substituição de uma anterior tentativa da Iniciativa de Reacção às Crises Africanas (ACRI), enquanto a França promovia o Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz (RECAMP). Têm, porém, para os povos africanos o estigma de surgirem como formas de defesa de interesses exteriores ao continente. Já no início do século XXI assistiu-se a uma nova iniciativa, esta de âmbito mais amplo, a fundação da União Africana (UA) que se substituiu à antiga OUA que, na manutenção da paz, nunca teve um papel relevante. Por enquanto a UA tem estado mais preocupada com a sua própria afirmação e estruturação, privilegiando a união política e económica, se bem que, nos seus objectivos, contemple a “Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade do Continente”. No seu Plano Estratégico tem uma área orientada para a “Boa Governação, Paz e Segurança Humana”, para o que se propõe constituir vários órgãos: um “Conselho para a Paz e Segurança”, um “Sistema de Alerta Rápido”, um “Estado-Maior” e forças militares em *standby* articuladas em contingentes regionais que possam participar na reconstrução e consolidação pós-con-

flicto. E, à semelhança da União Europeia (UE), propõe-se desenvolver uma “Política de Segurança e Defesa Africana Comum”. Estes passos da UA ainda são, por enquanto, demasiado incipientes, não passando de meras intenções. Se vierem a contar com o empenho dos próprios Estados-membros e com ajuda externa eficaz, nomeadamente da ONU, dado os desafios de segurança que se colocam em África e os seus reflexos no resto do mundo, poderão constituir um instrumento relevante para, pela primeira vez, se dotar de um instrumento eficaz de segurança e defesa colectiva, contribuindo para a pacificação do continente e estabilidade mundial. Constituirá, assim, a grande mudança estratégica em África neste início do século XXI. ■

¹ BOTTI, Ferruccio – “Le concept de géostratégie et son application à la nation italienne dans les théories du général Durando (1846)”. *Stratégie* n.º 58. Paris: Institut de Stratégie Comparée, 2.º Trimestre 1995.

² KJELLÉN, Rudolf – *Der staat als lebensform*. Berlin: Kurt Vowinkel Verlag, 1923.

³ SMITH, Rupert – *A utilidade da força; a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2008.

⁴ KALDOR, Mary – *New and old wars; organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press, 1999.